

JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos

Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Diretor: Walter Fontoura

Editor: Paulo Henrique Amorim

10 ABR 1983

Velho Festival

Economia Brasil

Não demorou o que mais se temia: joga-se nas ruas, como tábua de salvação social, o equívoco de um programa improvisado contra o desemprego sem as cautelas elementares para evitar tudo que já se conhece de sobra. Repete-se em escala metropolitana um tratamento até hoje aplicado com exclusividade nas secas do Nordeste, onde a falta de emprego é endêmica e a política epidêmica.

O Governo mal segura a mão sôfrega de assinar uma farta distribuição de recursos do Fundo de Investimentos Social na ficção de repetir a mesma falta de resultado que faz do Nordeste um cliente privilegiado das secas. Doses maciças de recursos nunca resolveram o *problema social* acirrado pela estiagem, embora não se possam queixar os beneficiários da seca, porque todo o dinheiro que substitui a ausência das chuvas corre para o bolso dos espertos, que são uma espécie numerosa que viceja no deserto.

A preocupação com o desemprego é apresentada como a inspiração que leva o Governo a sacar por conta do Finsocial para atender à necessidade de gerar novos empregos. Seria mais verdadeiro dizer que se trata de gerar subempregos com recursos que o lado otimista (e nem por isso mais veraz) do Governo estima em Cr\$ 600 bilhões e os mais cautelosos reduzem à metade. A vantagem de calcular pelo máximo é autorizar um festival de despesas que a *finalidade social* acabará dispensando das formalidades que a moral pública exige em condições normais. Quem vai pagar depois será mesmo o contribuinte.

“Os problemas que afligem o povo brasileiro e o Governo” são muitos e diversificados: um deles é o desemprego, que tem por trás toda uma situação econômica difícil e dramática. Ninguém pode ignorar que as estatísticas do desemprego dizem a verdade numérica, mas não vão ao fundo do problema. Há uma recessão econômica e uma inflação comprimindo as empresas num mercado restrito. Há uma política salarial que depois de três anos de insucessos continua a ser vista pela aparência, que não corresponde à realidade dos benefícios sociais prometidos. É puro engodo.

Há desemprego no Brasil, principalmente nas áreas densamente industriais mas se expandindo às demais atividades econômicas. É novo o fenômeno? Não, porque só a maré montante das demissões começadas na indústria e estendidas a tudo mais já vem há três anos comprovando a inadequação da política salarial centrada sobre a escala móvel que faliu em todas as nações que a aplicaram antes de nós. O desemprego é um velho conhecido dos brasileiros, principalmente vestido de subemprego, que é como se apresenta socialmente entre nós há muitos anos.

Portanto, esse escândalo por parte dos políticos é fingido e tem finalidades demagógicas. O desemprego passou a ser um novo mercado que se abre à exploração política e a ele se lançam indistintamente todos — oposicionistas e governistas — não importa a convicção nem a falta de convicção. Todos têm a ilusão de que fazem um altíssimo negócio com a demagogia. Apenas esses ávidos atacadistas se esquecem de que o mercado pode estar sujeito a um *crack* monumental quando se verificar, finalmente, que as verbas disponíveis são fictícias porque os compromissos internacionais do Brasil com seus credores exigem austeridade de emissões e gastos. Não haverá recursos para engordar a demagogia.

Até o Rio, de bolsos vazios, adere à expectativa da criação de empregos como se fosse um assunto a ser resolvido subjetivamente — isto é, apenas mediante o desejo dos governantes. Não se criam 150 mil empregos, e muito menos se anuncia a abertura de um mercado de trabalho, sem bases seguras: o Governo do Estado faz projeções generosas a partir de recursos do BNH. Recursos alheios, portanto. O Governo de São Paulo também pratica exercícios de otimismo com dados igualmente etéreos.

Pior ainda do que a precariedade objetiva é a ausência de fundamento econômico nesses raciocínios que estão promovendo a abertura do festival de demagogia. Fala-se em desemprego, depreda-se o chamado modelo econômico que nominalmente é um e na prática outro: numa economia já estatizada até muito além da fronteira do mercado, a crítica ideológica continua a se

referir a um capitalismo que deixou de existir desde quando o Estado sozinho se tornou mais forte do que a soma de todos os empresários privados. Além de deter a exclusividade de várias áreas e de outorgar-se o monopólio de um sem-número de serviços, o Estado — proprietário de empresas deficitárias — ainda faz normas restritivas das atividades privadas e se reserva certos privilégios que isentam suas empresas de concorrência. É esse o modelo que deveria ser responsabilizado pelos males econômicos nacionais — e no entanto é poupado. Ataca-se um modelo que não existe, porque economia com liberdade de iniciativa não é modelo. É o mercado em ação.

A política salarial é ainda pior: desorganizou o orçamento das empresas com a escala móvel que, duas vezes por ano, obriga-as a refazerem seus programas e objetivos. Aumentando-lhes os custos de pessoal, a política salarial deixa as empresas sem outra alternativa e elas são obrigadas a demitir todos os empregados que a retração do mercado consumidor torna dispensáveis. Não há outro meio de sobreviverem fora do critério econômico. Desempregados ficam também à margem do consumo e com isso as empresas reduzem ininterruptamente seu ritmo de trabalho e liberam mais mão-de-obra para o desemprego.

Quem se lembrou, no entanto, de apurar as responsabilidades da lei salarial no desemprego? Nenhuma entidade sindical, nenhum órgão do Governo, nenhum Partido político. Pelo contrário. O Governo fez um decreto em que degolou todos os aumentos acima da inflação. E que fazem os Partidos — todos eles — para ajudar o Governo a tentar impedir que as empresas tenham necessidade de demitir por efeito da política salarial? Nada. Todos os Partidos se tornaram acionistas dessa política salarial que é a causa mais visível do desemprego. O Governo tenta recuperar-se do erro salarial cometido há 3 anos com esse decreto. O Congresso, que tem a responsabilidade de referendá-lo, quer derrubar a proteção ao emprego e restaurar as demissões. Que autoridade terá para condenar o desemprego, se o Congresso quer ao mesmo tempo manter o manancial de demissões conectado aos gastos das empresas?

Esse pernicioso artificialismo vive da confusão e refuga qualquer esclarecimento. Nenhuma corrente política tem a coragem de condenar a inflação e de pedir o combate conseqüente a essa enorme injustiça social. A recessão está desempregando cada vez mais, e nem assim os Partidos se unem para apoiar uma política de combate à inflação, para que a economia possa retomar seu ritmo de crescimento.

O paternalismo, que se mostra na incongruência econômica de propostas irrealis, quer soluções mas não tem a coragem de enfrentar as causas. É paternalismo, irresponsável e demagógico, falar em criação artificial de emprego, porque a solução terá que ser normal, de mercado, ou não será solução e sim mistificação. O subemprego que está sendo criado não vai mudar a situação da economia brasileira, que pede prioridade para a derrubada da inflação — e, só depois então será viável falar em desenvolvimento.

Economia plena, desenvolvimento, crescimento pedem criação de empregos, e não apenas paliativos de subemprego. O paternalismo está querendo voltar e age da mesma forma como fazia no passado. A criação de subempregos nada mais é do que uma fórmula utilizada pelo socialismo para não resolver os problemas da limitação imposta à liberdade que caracteriza uma economia de mercado. Como toda solução de caráter socialista, o subemprego é o nivelamento por baixo — isto é, todos são igualmente mal-empregados, mal-vestidos, mal-alimentados. A economia de mercado, ao contrário, não pretende nivelar nada, nem mesmo por cima, mas simplesmente assegurar condições de competitividade às empresas.

É o que o Brasil mais precisa para sair da recessão e amarrar as pontas da crise: liberdade de mercado. Para isso é preciso reduzir drasticamente a estatização e, ao mesmo tempo, alargar a competição entre as empresas e entre os salários, para que a economia possa respirar um clima de saúde e não asfixiar-se no confinamento em que o Estado pretende mantê-la como refém.